AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

A HISTÓRIA DE DESTRUIÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: EXTRATIVISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E BUSCA POR SUSTENTABILIDADE

AUTOR: RAIMUNDA DAS GRAÇAS GONÇALVES DE SOUSA

Resumo

Este artigo analisa os processos históricos de degradação ambiental no Brasil, com enfoque na devastação da Mata Atlântica, partindo da obra fundamental de Warren Dean "A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira". O estudo investiga as relações entre os modelos econômicos extrativistas, o processo de industrialização e a aceleração da destruição ambiental, mesmo em contextos de maior conscientização ecológica. Além disso, explora alternativas sustentáveis de desenvolvimento, considerando a urgência da crise climática global. O referencial teórico integra contribuições de vários autores, articulando perspectivas interdisciplinares da economia ambiental, conservação biológica e políticas públicas.

Palavras-chave: História ambiental brasileira, extrativismo, industrialização, desenvolvimento sustentável, Mata Atlântica, emergência climática.

1. Introdução

A história ambiental do Brasil é marcada por uma contradição fundamental: enquanto o país se desenvolvia economicamente, seus ecossistemas sofriam processos acelerados de degradação. Warren Dean (1996), em sua análise minuciosa da Mata Atlântica , demonstra como um bioma que originalmente cobria cerca de 15% do território nacional foi reduzido a menos de 10% de sua extensão original. O aspecto mais alarmante dessa trajetória, como destaca o autor, é que a destruição não diminuiu com o avanço do desenvolvimento tecnológico e industrial, mas sim se intensificou.

Este paradoxo histórico constitui o cerne da problemática que este artigo se propõe a investigar. Partindo da constatação de Dean de que "a devastação vai acelerando à medida que o Brasil se torna mais desenvolvido", buscaremos responder a três questões fundamentais:

1) Como os modelos extrativistas moldaram a relação do Brasil com seus recursos naturais?

2) De que maneira a industrialização influenciou os padrões de degradação ambiental?

3) Quais alternativas sustentáveis poderiam reverter esse quadro histórico?

Para responder a esses questionamentos, o artigo estrutura-se em quatro seções principais: primeiro, examina-se a relação histórica entre extrativismo e degradação ambiental; em seguida, analisa-se o papel da industrialização; depois, exploram-se alternativas sustentáveis; finalmente, apresentam-se as conclusões e recomendações.

2. Extrativismo e a Economia de Fronteira Ecológica

A análise de Warren Dean sobre a Mata Atlântica revela um padrão recorrente na história ambiental brasileira: a exploração de recursos naturais segue uma lógica de "fronteira ecológica", onde novos territórios são continuamente incorporados ao processo produtivo até seu esgotamento. Esse modelo, que Dean denomima "economia de rapina", caracterizou-se por ciclos econômicos curtos e predatórios.

O primeiro grande ciclo extrativista foi o do pau-brasil (séculos XVI-XVII), que eliminou cerca de 70 milhões de árvores em pouco mais de um século. Como observa Dean (1996, p.45), "a extração do pau-brasil estabeleceu um padrão que se repetiria: exploração intensiva até o esgotamento, sem qualquer preocupação com reposição ou manejo sustentável".

Esse padrão se repetiu nos ciclos subsequentes:

. Cana-de-açucar (séculos XVI-XVIII): desmatamento de vastas áreas litorâneas.

. Mineração (século XVIII): destruição de cursos d'água e florestas.

. Café (séculos XIX-XX): avanço sobre o interior paulista.

. Soja e Pecuária (séculos XX-XXI): expansão para a Amazônia e Cerrado.

Jared Diamond (2005) oferece uma perspectiva comparativa que reforça as conclusões de Dean. Em "Colapso", Diamond identifica quatro "sinais pré-colapso" em sociedades que dependem excessivamente da exploração de recursos naturais, todos presentes no caso brasileiro:

1 - Desmatamento e destruição de habitats;

2 - Degradação dos solos;

3 - Sobreexploração de recursos;

4 - Crescimento populacional desequilibrado.

3. Industrialização e seus Paradoxos Ambientais

O processo de industrialização brasileiro, iniciado de forma mais intensa a partir da década de 1930, trouxe consigo novos desafios ambientais. Richard B. Primack (2014) argumenta que a relação entre industrialização e degradação ambiental não é linear nem inevitável, mas no caso brasileiro assumiu características particularmente predatórias.

Três fatores principais explicam esse fenômeno:

1 - **Tecnologias sujas**: A industrialização brasileira se baseou em grande parte em tecnologias ultrapassadas e altamente poluentes, com baixa eficiência energética. Como observa Primack (2014, p.112), “o parque industrial brasileiro das décadas de 1950-1980 foi um dos mais poluentes do mundo em relação à sua produção”.

2 - **Falhas de mercado**: A ausência de precificação adequada dos recursos naturais criou distorções econômicas. Abre Krueger (1974) demonstra como a não internalização dos custos ambientais levou a decisões econômicas subótimas do ponto de vista social.

3 - **Deficiências regulatórias**: A legislação ambiental brasileira, embora avançada no papel, sempre sofreu com problemas crônicos de implementação e fiscalização. Como aponta Marcelo Mendes do Amaral (2018), “a distância entre o direito ambiental formal e a realidade da fiscalização no Brasil é uma das maiores do mundo”.

4. Alternativas Sustentáveis: Teoria e Prática

Diante desse quadro desafiador, surgem propostas alternativas de desenvolvimento que buscam conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. Marcelo Mendes do Amaral (2018) propõe a transição para uma economia circular como alternativa ao modelo linear tradicional. Seus princípios incluem:

. Design regenerativo: Produtos concebidos para serem reutilizados, reparados e reciclados.;

. Manutenção do capital natural: Práticas como agroflorestas que regeneram ecossistemas;

. Eficiência sistêmica: Otimização do uso de recursos em cadeias produtivas integradas.

O autor Rildo Pereira Barbosa (2020) complementa essa visão com ênfase em instrumentos econômicos de conservação:

1 - Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA): Remuneração a proprietários rurais que conservam áreas naturais. Programas como o Bolsa Floresta no Amazonas mostram resultados promissores.

2 - ICMS Ecológico: Mecanismo que repassa mais recursos fiscais a municípios com políticas ambientais eficientes. O Paraná foi pioneiro nessa iniciativa na década de 1990.

3 - Certificações sustentáveis: Valorização de produtos com selos de sustentabilidade no mercado internacional. O caso do café certificado em Minas Gerais demonstra o potencial dessa abordagem.

5. Conclusão

A análise histórica demonstra que a destruição ambiental no Brasil não foi um acidente, mas sim o resultado de escolhas econômicas e políticas inconsequentes. Como mostra Warren Dean, o padrão extrativista estabelecido desde a colonização criou uma cultura de exploração predatória que persiste até hoje.

A industrialização, por sua vez, longe de superar esse padrão, muitas vezes o intensificou, combinando a lógica da fronteira extrativista com a capacidade destrutiva ampliada pela tecnologia moderna.

As alternativas sustentáveis já existem e têm demonstrado sua viabilidade em diversos contextos. O desafio agora é escaloná-las e integrá-las às políticas públicas e estratégias empresariais. O Brasil tem todos os elementos para se tornar uma potência ambiental do século XXI, falta apenas a vontade política para realizar esse potencial.

Portanto, a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável exige uma ruptura com a mentalidade extrativista que dominou a história brasileira. Isso implica não apenas a adoção de novas tecnologias e práticas econômicas, mas também uma profunda transformação institucional e cultural, com a valorização dos serviços ecossistêmicos e a internalização dos custos ambientais nas decisões econômicas.

6. Referências Bibliográficas

7. AMARAL, Marcelo Mendes do. Economia Circular e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Sustentável, 2018.

8. BARBOSA, Rildo Pereira. Políticas Públicas para a Conservação Ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Ambiental, 2020.

9. DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

10. DIAMOND, Jared. Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2005.

11. KRUEGER, Abre. The Political Economy of the Rent-Seeking Society. American Economic Review, 1974.

12. PRIMACK, Richard B. Essentials of Conservation Biology. Sunderland: Sinauer Associates, 2014.